

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

## PROJETO DE LEI Nº 5.273, DE 2009

*Dá nova redação ao art. 3º da lei 10.029, de 20 de outubro de 2000, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços militares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.*

**Relator:** Deputado CAPITÃO ASSUMÇÃO

### I – RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, aprovado pelo Senado Federal de autoria do Senador Pedro Simon, tem por objetivo alterar a redação do art. 3º da lei 10.029 de 20 de outubro de 2000, para o fim de regulamentar o trabalho voluntário de serviços administrativos e de serviços militares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares.

Argumentou o insigne Senador que a atual redação do art. 3º limita o campo de atuação de recrutamento àqueles “que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas”, além das “mulheres na mesma faixa etária” (maiores de dezoito anos e menores de vinte e três anos).

A proposta foi aprovada no Senado, com alterações sugeridas pelo Relator “Ad Hoc” Marcelo Crivella com a seguinte redação:

“Art. 3º - Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços auxiliares de que trata esta Lei cidadãos maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, de ambos os sexos”. (NR)

Em síntese, o projeto foi aprovado com o intuito de permitir a possibilidade de prestação de serviços voluntários a todos os jovens maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, de todos os sexos.

Encaminhada a esta Casa Legislativa para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, fui designado Relator do Projeto para análise e parecer.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Câmara Técnica.

É o nosso relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Preliminarmente, a matéria em questão é pertinente por subordinar-se à competência desta Comissão, nos termos do art. 32, inciso XVI, alínea “b” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

O presente projeto de lei que busca fomentar a prestação de serviços voluntários nos quartéis das Polícias Militares e Bombeiros de todo o país, acabando com a exclusividade, atualmente em vigor, dos brasileiros dispensados do serviço militar obrigatório por excederem às necessidades de

incorporação nas Forças Armadas, em outras palavras, “excesso de contingente”.

**Sem maiores delongas, entendemos que o projeto de lei 5273/2009 atende o objetivo de fomentar e aprimorar a segurança pública nacional, na medida em que aumenta a possibilidade do engajamento de mais jovens de trabalharem voluntariamente como operadores de segurança pública.**

Não se quer aqui desmerecer os jovens que foram dispensados do serviço militar por excesso de contingente, pois sabemos que muitos deles realmente possuem aptidão para o trabalho militar e são dispensados em virtude das poucas vagas disponibilizadas, mas sim enfatizar a necessidade de serem admitidos como voluntários TODOS os jovens e mulheres que de igual maneira devem também possuir tal direito.

**É claro que um jovem egresso do serviço militar obrigatório logicamente possui muito mais chances de ser priorizado em eventual seleção para trabalho voluntário, todavia devemos possibilitar a qualquer brasileiro a chance de ingresso, sob pena de violarmos o princípio de igualdade no acesso aos cargos e funções públicas.**

Com isso entendemos que com o trabalho voluntário e o aumento do número de operadores de segurança pública, ainda que voluntários, poderemos reduzir o número de crimes e acidentes.

Todavia, vale lembrar que o Estado não pode se omitir no resguardo da integridade física dos cidadãos, motivo pelo qual o trabalhador voluntário JAMAIS DEVE SER EXPOSTO A QUALQUER SITUAÇÃO DE RISCO OSTENSIVO, o que deve ser feito sempre pelo operador de segurança especialmente remunerado e treinado para tal fim.

Também entendemos que é extremamente saudável a inserção do trabalho voluntário para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, em especial nos serviços comuns e administrativos que são feitos por militares.

Por fim, entendemos extremamente viável a implementação prática e econômica do projeto de lei, na medida em que praticamente não haverá ônus para o Estado e se traduzirá em grande economia e maior prestação de serviços.

Por todo o exposto, opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.273/2009.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2009.

**CAPITÃO ASSUMÇÃO**  
**Deputado Federal – PSB-ES**